

O NEGRO NO AMAZONAS: E A SUA INVISIBILIZAÇÃO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO AMAZONAS.¹

Sednem Mendes Farias²

Júlio Cláudio da Silva³

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo expor os resultados obtidos através de uma pesquisa de cunho qualitativo e como metodologia escolhida, a análise bibliográfica. As informações aqui expostas foram obtidas em decorrência da análise do livro didático Tópicos História do Amazonas Volume Único da Grafisa Gráfica e Editora LTDA tendo como autor Agnaldo Figueiredo, utilizado no decorrer do Ensino Médio nas respectivas séries (1º, 2º, e 3º ano) durante o recorde temporal situado nos anos de (2021-2023), optamos por realizar a análise em cada um dos quatro capítulos que compõem o livro na intenção de encontrar referências a presença negra no Amazonas. No referente ao objetivo geral da pesquisa que consiste em realizar uma análise sobre as representações historiográficas presentes no livro didático a respeito da presença negra no Amazonas, foi notado que apesar de haver quantitativo razoável de trabalhos acadêmicos referentes a temática, ainda assim, o livro de História do Amazonas trás a participação negra na construção histórica e social do povo Amazonense de forma simplista. Uma vez que reduz tal participação a uma análise do quantitativo numérico de negros trazidos para o que hoje é o estado do Amazonas, ratificando assim, a invisibilização da contribuição de mãos negras na compilação histórica e na identidade do povo Amazonense.

Palavras-chave: História. Historiografia. Identidade.

ABSTRACT: This article aims to present the results obtained through qualitative research and the chosen methodology, bibliographic analysis. The information presented here was obtained as a result of the analysis of the textbook Tópicos História do Amazonas Volume Unico by Grafisa Gráfica e Editora LTDA, authored by Agnaldo Figueiredo, used throughout high

¹ Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizado como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado em História.

² Graduando do curso de Licenciatura em História no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas-UEA. E-mail: smf.his18@uea.edu.br.

³ Orientador. Possui licenciatura e bacharelado em História (1997), especialização em História do Brasil (2000), mestrado em História Social (2005) e doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011), com pós-doutorado desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, é pesquisador do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense; coordenador de grupo de pesquisa, Grupo de Estudos Históricos do Amazonas/UEA e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado do Amazonas no Centro de Estudos Superiores de Parintins e é professor Adjunto na Universidade do Estado do Amazonas, no Centro de Estudos Superiores de Parintins e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: julio30clps@gmail.com.

school in the respective series (1º, 2º and 3º year) during the time record situated in the years (2021-2023), we chose to carry out the analysis in each of the four chapters that make up the book with the intention of finding references to the black presence in Amazonas. Regarding the general objective of the research, which consists of carrying out an analysis of the historiographical representations present in the textbook regarding the black presence in Amazonas, it was noted that despite there being a reasonable number of academic works referring to the topic, the book of History of Amazonas brings black participation in the historical and social construction of the Amazon people in a simplistic way. Since it reduces such participation to an analysis of the numerical quantity of black people brought to what is today the state of Amazonas, thus ratifying the invisibility of the contribution of black hands in the historical compilation and identity of the Amazonian people.

Keywords: History, Historiography, Identity.

INTRODUÇÃO

No presente artigo nos propomos a expor os resultados da pesquisa desenvolvida com o objetivo da obtenção do título de licenciado em História, na Universidade do Estado do Amazonas CESP-UEA . Para obtermos os resultados da pesquisa, que propõe salientar pontos significativos de reflexão referentes a problematização do processo histórico e historiográfico que resulta na formatação do livro didático de História do Amazonas, com o objetivo de colaborar na formação dos professores de História bem como na melhoria do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira no Ensino Médio, assim sendo, o problema que foi selecionado para ser o cerne da pesquisa é: Quais são as representações historiográficas presentes no livro didático de História do Amazonas a respeito da presença negra no Amazonas.

Quando analisamos a respeito da fonte do conteúdo repassado dentro de sala nas aulas de História, fica evidente a hegemonia do uso do livro didático. De acordo com Circe Bettencourt (1993), nossa experiência profissional como professores em escolas de primeiro e segundo grau e em curso de formação inicial e continua de professores nos permitiu perceber que, mesmo com ressalvas e em meio a práticas alternativas de trabalho com outros materiais didáticos, o livro escolar tem sido o instrumento pedagógico de maior utilização no cotidiano escolar. Dito isto, é evidente a necessidade de uma constante busca pelo aprimoramento da qualidade do livro didático e de nortear os profissionais da educação histórica sobre como utilizá-lo de forma mais adequada possível.

Tendo em vista tal contexto, ressaltamos a relevância acadêmica do desenvolvimento da presente pesquisa, pois nos propicia aprofundar nossos conhecimentos a respeito de um

material que se mostra de vital importância na prática do ensino-aprendizado em salas de aula, fato esse que nos levou a eleger a temática a ser abordada nesse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), voltada para os aspectos históricos e as representações historiográficas do negro no Amazonas contidas no livro didático do Ensino Médio, visto que esta é uma temática de fundamental importância para a compreensão dos alunos do processo histórico que pode ter influenciado as produções historiográficas tidas como a “história oficial” do Amazonas, e seus resultados poderão vir a contribuir em uma melhor visão acerca do tema citado e sua grande relevância não somente no meio educacional mas também auxiliar no resgate da representação histórica de determinado grupo social na Historiografia.

Com esse intuito, elencamos três objetivos específicos para o desenvolvimento da pesquisa, sendo estes: Analisar o contexto histórico em que Arthur Cézár Ferreira Reis, tido como historiador oficial da Amazônia, escreve o seu *História do Amazonas*; Evidenciar a tendência ao silenciamento da presença negra no Amazonas na Historiografia; Evidenciar o Livro Didático de História do Amazonas como local de memória e reconhecimento identitário.

Escolhemos então seguir como caminho metodológico uma pesquisa de natureza qualitativa e análise bibliográfica e documental, tendo em vista nosso interesse em investigar no livro didático dos anos correspondentes ao Ensino Médio os aspectos relativos à história e as diferentes representações do negro no Amazonas com o intuito de saber a forma que o livro o apresenta e verificar sua composição de acordo com as diretrizes propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Proposta Curricular de História e as Leis Federais de nº 10.639/03 e nº 11.645/08 (Leis que tornam obrigatório o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas nacionais). Levando em consideração Gil (2007), uma pesquisa que se debruça sobre questões desse tipo, é uma pesquisa qualitativa, pois propõe uma análise de diferentes posições e detalhes acerca de um problema que não pode ser quantificado cujo resultado é expresso em textos narrativos e interpretativos.

Visando alcançar os resultados propostos na pesquisa, foi analisado o livro didático dos anos condizentes ao Ensino Médio (1º, 2º e 3º ano) elaborado como um compêndio de volume único publicado pela editora –Grafisa Gráfica e Editora LTDA – cujo a autoria pertence à Agnaldo Figueiredo (22.ed. Manaus/Am: Editora Grafisa, 2017), ainda em uso no período de (2021-2023) tendo seu fornecimento promovido pelo Plano Nacional do Livro Didático - PNLD. Onde averiguamos se à existência e quais são os aspectos históricos da Historiografia que este livro apresenta sobre o negro no Amazonas e como está sendo representado neste material.

Também é importante salientar que, durante o processo de coleta do material didático para nossa análise aqui exposta, fomos em mais de um escola da rede pública de ensino estadual e foi verificado que em ambas instituições de ensino é utilizado o mesmo livro para balizar as aulas de História do Amazonas, assim sendo, apenas será analisado este único exemplar.

De uma forma geral, nos foi dada a percepção da extrema importância da análise de forma crítica de tais materiais pedagógicos “[...] com olhos críticos e de apontar os erros e inadequações, [...] é altamente educativa não só para autores e editoras, mas, sobretudo, para os alunos, no sentido de derrubar o mito de que livros didáticos é infalível” (DANTE, 1996, p. 86). Tal contexto nos proporcionou uma compreensão mais aprofundada referente a temática em questão, e o quanto o livro didático de História do Amazonas possui uma visível carência a respeito de alguns tópicos históricos como o da temática aqui abordada que visa estigar um olhar mais crítico a respeito do livro nas aulas de História e cultura Afro-brasileira e História do Amazonas.

A CONSTRUÇÃO DE UMA INVISIBILIZAÇÃO.

Quando analisamos a respeito da presença negra na historiografia produzida sobre o Amazonas, fica nítido a despriorização da mesma. De acordo com Patrícia Melo (2020), se existe uma ausência inquestionável e duradoura na historiografia produzida no (e sobre) o estado do Amazonas, sem sombra de dúvidas é a temática a respeito da presença negra, porém, para que se inicie tal discussão é necessário que se assuma a existência desse silêncio. Para isso, se faz preciso tentar, na medida do possível, delimitar as possíveis motrizes, os alcances e os limites desse silêncio na historiografia.

Nesse contexto, esse é um dos motivos que incide sobre a necessidade de efetuar esta pesquisa, mesmo que outros trabalhos com uma certa semelhança já tenham se destinado a realizar denúncias e indicar alguns dos desdobramentos nocivos que vão muito além e aquém da historiografia mas também comprometem assim o próprio direito à memória, nesse artigo porém, visamos evidenciar os efeitos deletérios ao alto-reconhecimento nos livros didáticos de História do Amazonas por parte de Afrodescendentes e Quilombolas.

Samuel Belchimol (2021), nos faz lembrar que a grande maioria dos analistas dos processos de “povoamento” da Amazônia preferem dar uma maior ênfase à participação do indígena, caboclo e do português e até mesmo de outros grupos de migrantes, enquanto a contribuição da presença negra é sistematicamente diminuída e menosprezada na análise do

conjunto de etnias formadoras da sociedade amazônica. Para tentarmos balizar uma das possíveis razões para a eclipsagem de tal contribuição se faz necessário visitar o texto *História do Amazonas* escrito pelo até então, jovem erudito Arthur Cézár Ferreira Reis, publicado no ano de 1931 e tido como canônico quando nos dedicamos a pensar sobre a temática, como nos indica Melo(2020). Também sobre o porquê de termos escolhido a obra desse historiador, Queiroz e Mauro Coelho (2001), nos dizem que suas obras continuam com lugar de destaque ao estudar história da Amazônia:“Autor de algumas dezenas de livros e de inúmeros artigos, pronunciamentos e conferências acerca da história e dos problemas da região ele encarnou aquilo que poderíamos chamar de “historiador oficial” da Amazônia”.

É importante ressaltar porém que, para nos mantermos correntes com a delimitação da temática proposta na pesquisa, discutiremos apenas a historiografia referente ao que nos dias de hoje competente ao espaço geográfico e histórico chamado de Amazonas, assim sendo, preferimos nos abster da análise uma gama significativa de trabalhos mas que não atendem a nossa delimitação histórico-geográfica. No entanto, haverá vezes que não será possível manter esta dissociação. Uma vez que, durante um certo período da história do Brasil os Estados que agora são Maranhão, Pará e Amazonas compunham uma única região, conhecida na historiografia como Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) como é apontado por Benchimol (2021).

Dito isto, acreditamos que uma das primeiras coisas a serem analisadas quando temos em mãos uma fonte bibliográfica como a de Arthur Cézár Ferreira Reis e tentar entender o cenário histórico em que o escritor estava inserido durante a sua compilação. Uma vez que, segundo Robert Costa (2015), o texto em si não detém o sentido, uma vez que os diferentes significados são construídos a partir dele, levando em consideração o conhecimento de mundo do interlocutor/leitor, o contexto de produção, entre outros.

Tendo o contexto de produção como ponto um crucial de análise, podemos notar alguns fatos bem pertinentes a essa, nesse sentido nos chamou a atenção o ano de sua publicação que foi em 1931, como o indicado por Patrícia Alves (2020), o livro de estreia do jovem erudito, que viria a se tornar um eminente homem público e respeitado Historiador veio a público em 1931, quando seu autor tinha cerca de 25 anos. *História do Amazonas* marcou a carreira de Arthur Reis, sendo sua carta de apresentação ao mundo intelectual do Brasil na década de 1930, com qual procurava estabelecer intenso contato.

Também é de nosso interesse aqui, relembrar a íntima relação de Ferreira com o IGHA onde segundo Ladene Souza (2009), em Manaus, o jovem autor e professor compartilhava de um ambiente intelectual de circuito restrito, que incluía o Instituto Geográfico Histórico do

Amazonas, como um espaço importante de encontros, mas também não nos deixa de esquecer da importância das referências criadas a partir da instituição canônica que era o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB.

Ambos os instituídos foram encarregados de “criar” as histórias oficiais tanto do Brasil quanto do Amazonas. “O IHGB teria como principal função promover agendas de investigação e produção de relatos científicos sobre as diversas regiões que entregavam a nação, visando assim a uma maior compreensão da complexidade brasileira e a produção de uma identidade cultural e política”.(História do Mundo, 2024). Assim sendo o IHGB e suas extensões nos Estados tiveram o papel de escrever a história e elaborar a identidade do Brasil e dos Estados:

Nesse sentido, torna-se indispensável para o IHGB a responsabilidade de pensar e elaborar um projeto de “como escrever a história do Brasil”, isto é, era necessário criar-se um modelo de representação da identidade brasileira por meio de recursos historiográficos, por meio de conceitos que dessem conta da formação da nação, das raças que a compuseram, dos fatores geográficos climáticos e econômicos que engendraram, entre outros aspectos. (História do Mundo, 2024).

Uma das principais ações de Vargas foi a criação do Ministério da Educação e saúde, em 1930, que tinha como objetivo centralizar as políticas educacionais e de saúde. Essa medida foi importante para a organização do sistema educacional brasileiro e para a implementação de políticas públicas voltadas para educação; educação essa que imprimia as “verdades” do Estado e ocultava aquilo e aqueles que lhe era conveniente, de acordo com os historiadores Júlio da Silva, João Marinho e Jucineide dos Santos (2019), a diferença Cultural nos tempos do governo de Getúlio Vargas, foi uma questão enfocada. Buscando anular ou subordinar as diferenças, o estado recorria a práticas ou homogeneizadoras, que fizeram com que comunidades de imigrantes estrangeiros tivessem que abdicar, ou pelo menos manter latentes seus valores, língua e costumes.

Diante do exposto, fica nítido que durante a implantação do projeto de identidade nacional, de forma proposital foram os negros, excluídos, silenciados e invisibilizados. Sônia Mendonça(2016), nos diz que , o projeto educacional do pós-37 caracterizou-se pela exclusão é a recusa ao pluralismo não somente no campo político: na área da cultura, tais características também se fizeram presentes.

A maioria dos nacionalismos e das identidades nacionais do Estado Nacional foram construídas nessa base e, portanto, com base na supressão de identidades rivais que não tiveram recursos para ganhar na luta pelas identificações hegemônicas. Quanto mais vincado é este processo, mas distante estamos perante um nacionalismo racionalizado ou melhor, perante um racismo nacionalizado (Santos, 1999, p.20).

Assim, essa “visão” política e perpetrada nos livros didáticos e produções acadêmicas durante todo o período pré-ditadura (1930-1940) e durante toda a ditadura civil-militar (1964-1985). O ministério procurou sedimentar o projeto estadonovista de formação da nacionalidade de dois modos: priorizando sua missão educacional, propriamente dita; e patrocinando a “alta cultura”. No primeiro caso procedeu-se as reformas do sistema de ensino, culminando na lei orgânica do ensino secundário (1942), unificava-se em todo o país, segundo Sônia Mendonça (2016).

Todo esse esforço empregado possuía uma finalidade, que tinha haver com a criação de uma mentalidade a todos imposta, em especial à parcela mais jovem da população. De acordo a pesquisa de Mendonça (2016), tratava-se de formar uma mentalidade comum à juventude mediante a uniformização dos procedimentos pedagógicos e da padronização de conteúdos, currículos e livros didáticos impostos em âmbito nacional. Buscou-se também erradicar as minorias étnicas, linguísticas e culturais visando, sobretudo, os núcleos de imigração alemã no Sul, bem como grupos representativos da Cultura afro-brasileira. E é nesse contexto que se faz necessário analisar-mos os livros didáticos. E nesse mundo que a história do Amazonas que nos chega até hoje foi escrita, memórias que nos chegam hoje de um passado não tão distante, mas que contribui para a invisibilização do negro no Amazonas.

ALGUMAS VOZES ROMPENDO O SILÊNCIO.

Pesquisas e outros trabalhos mais atuais já apontam a necessidade de repensar e produzir uma análise mais aprofundada sobre a presença negra no Amazonas e na Amazônia, além de rever todo o processo historiográfico que durante tanto tempo se manteve, resultando em um silêncio quase sepulcral sobre tal presença. Nesse sentido, acreditamos ser de extrema relevância o trabalho de Patrícia Melo Sampaio, dentre tantos, damos ênfase ao livro *O Fim do Silêncio: Presença negra na Amazônia*, para nós o interessante é que essa se trata de uma coletânea de pesquisas acadêmicas que foram desenvolvidas por uma ampla gama de estudiosos

das mais diversas áreas, resultando assim, as diversas possibilidades de pesquisas que podem vir a ser desenvolvidas ao trabalharmos com essa temática.

No tocante as abordagens históricas presentes no livro é possível termos acesso à análise inéditas sobre temas tidos como clássicos na história da escravidão, com foco nesses homens e mulheres escravizados na antiga Amazônia Imperial, e em suas estratégias de existência/resistência e nas suas buscas pela tão almejada liberdade, visando promover o resgate de elementos e delinear uma história do tráfico escravo para a Amazônia, com análises mais aprofundadas a respeito de documentos a respeito de fugas e alforrias dessas pessoas históricas, como o proposto por Ygor Cavalcante e Provino Pozza.

Segundo Cavalcante (2011), a fuga foi o aspecto mais típico da resistência escrava em todos os lugares em que a escravidão se instituiu. No capítulo intitulado “Fugindo, ainda que sem motivo”: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial, escrito por Cavalcante (2011), nos é mostrado que no Amazonas não foi diferente em relação às fugas de escravos.

Deixando de lado algumas percepções tendenciosas que tendem a pintar os escravizados como perdidos e abatidos, que buscam apenas causar danos econômicos aos seus senhores ou a figura heroica que busca vingança contra o seus algozes, tal trabalho visa mostrar os sujeitos com suas experiências históricas distintas, tentando delinear a dificuldade que era empreender fuga, pois necessitava planejamento árduo, estratégia, condições para a fuga e carecia da solidariedade para fugir.

Pozza por sua vez escreve sobre “Alforrias escravas na Província do Amazonas” trás uma análise detalhada sobre a frequência das alforrias no Amazonas, trazendo um comparativo dos dados encontrados com a historiografia que o Amazonas apesar de ter um quantitativo menor de escravos africanos é afrodescendentes, também foi uma sociedade apoiada na escravidão, com hábitos próprios institucionais, mesmo que de forma diferenciada, tendo como pano de fundo de tal construção histórica uma importante participação destas populações.

Evidencia-se estratégias escravocratas criadas e reinventadas para o alcance da liberdade na província e ainda aspectos das ações senhoriais explicitando, muitas das vezes, discursos expressamente apologético da própria ação de alforriar um escravo.(Pozza, 2011. pg. 96).

Originalmente sendo parte da tese de doutorado defendida por Sampaio(2001), a proposta do texto “Escravos é escravidão africana na Amazônia”, é fazer um traçado sobre os percursos e procedência dos africanos no Grã-Pará e suas zonas de tráfico negreiro, sendo assim a base da mão de obra disponível na Amazônia no período histórico estudado.

Por sua vez, o pesquisador Luiz Carlos Bonates faz uma pesquisa muito interessante a respeito da prática das rodas de Capoeira no Amazonas. No Amazonas, a história não podia ser diferente e se constituiu uma verdadeira saga, feita do suor do trabalho, sangue jogado dos conflitos e lágrimas de dor e tristeza, Bonates (2011). Apontando que a capoeira do Amazonas trás da ancestralidade a sabedora da resistência que se incorpora em uma das peças para a construção da Cultura Amazônica, através do lastro das distintas formas da prática da luta podemos notar a mão africana nas suas variações regionais, contemporânea e Angolana.

No tocante a área antropológica o livro trás o texto de Sérgio Ivan Gil Braga, um experiente pesquisador que lança indagações muito pertinentes a respeito dos silêncios em torno do “filho de Catirina”. “Danças e andanças de negros na Amazônia: Por onde anda o filho de Catirina?”, o pesquisador dá ênfase no estudo da contribuição negra no âmbito cultural, fazendo uma análise dos atos do festival dos Bois no Amazonas, nas relações de gênero e raciais que permeiam a peça teatral e o imaginário da Amazônia, nas muitas Histórias por detrás da história.

Ainda no campo das análises antropológicas, o livro tem incorporado como um dos seus capítulos o texto “Quilombolas no Amazonas: do Rio dos Pretos ao Quilombo do Tambor”, de Emmanuel de Almeida Farias Júnior, que se propõe a desvendar as trajetórias e estratégias das construções de identidades Quilombolas no Amazonas, tendo como ponto de partida as experiências obtidas no Quilombo do Tambor em Novo Airão/AM, realizando o resgate da história, das memórias, dos deslocamentos desses grupos e as lutas pelo direito de existência em frente aos interesses do capital privado.

Também trás análises sobre as festas e músicas, sobre a influência negra nesses âmbitos como nos mostra Jamily Souza da Silva em seu “ A Festa de São Benedito no bairro da Praça 14” situado em Manaus/AM. Nos relatando sobre, a herança das festas de Santo que nesse caso foi trazida dos negros maranhences, ocorrida há mais de cento e vinte anos com o fim da escravidão, segundo Silva (2011). Uma interessante pesquisa que nos revela as nuances da participação negra na vida religiosa do coletivo, na vida religiosa privada, das formas de consistência e absorção de símbolos e significados da festa como forma de resistência cultural, como nos é indicado em:

O poder da festa é dança era tão efetivo que mesmo as danças e músicas dos escravos, consideradas inferiores e não

sivilizadas, eram permitidas nos dias festivos, o que acabou facilitando a permanência da religiosidade africana no Brasil e pode-se dizer que esta é intimamente ligada às festas para a incorporação e dança dos orixás. (SILVA, 2011.pg 182)

Por sua vez, Sidney Barrata de Aguiar nos fala a respeito do Hip Hop em Manaus/AM, trazendo as histórias e trajetórias de vidas de seus personagens proeminentes, fundadores do que como é chamado M.H.M (Movimento Hip Hop Manaus). O capítulo inteligentemente intitulado de “Hip Hop de Leste a Oeste de Manaus: quatro cabeças de uma hidra urbana” trás para além de um resgate do processo histórico que resulta na prática cultural que nasce nas ruas e que se torna um ponto de alto reconhecimento para vários jovens que se identificam com a Cultura afro-brasileira, se utilizando também da alegoria metafórica da Hidra dos pântanos de Lerna, para ilustrar a luta e resistência de tal cultura através dos séculos, que uma vez que combatida de forma veemente pelo poder em vigência, sempre encontra formas novas e diversificadas de resistência e vivência nas cidades.

Enfatizando a possibilidade da utilização da literatura como uma estratégia viável para a quebra do silêncio a respeito da presença negra, o texto de Maria José Nunes de Aleixo, com título de “Gente sem crônica definitiva”: negros e mulatos n’A Selva. Realizando uma abordagem a obra do escritor português Ferreira de Castro, se mantendo no foco de evidenciar a presença de negros e mulatos na sua narrativa. Nos evidencia também que: de modo geral a compreensão dos Amazonenses a respeito da sua história não inclui a presença Negra para a construção desta memória e de suas identidades a não ser de modo muito pontual ponto até mesmo os estudos sobre a escravidão no Amazonas são poucos conhecidos e são muito recentemente (2002) começaram a ganhar espaço dentro da própria Universidade Federal de modo mais sistemático por meio da atuação de um grupo de pesquisa dedicado a linha temática de história indígena e da escravidão africana na Amazônia, MORREIA (2011). Além de evidenciar o processo de apagamento das cores que compõem a genealogia histórica Amazônica dentro da literatura.

Dando fim às discussões apresentadas no compilado de pesquisas, temos os capítulos direcionados a fazer duas discussões de temáticas mais contemporâneas. Como o proposto em “Braços que remam nas águas do Rio NEGRO rumo ao PROUNI”, escrito de Arlete Anchieta da Silva e Glaucio da Gama Fernandes que se refere aos acadêmicos afrodescendentes do Amazonas, que visa uma análise no que se refere a execução de políticas de ação afirmativa do

governo federal no Amazonas, com a leitura e problematização das experiências em instituições particulares de ensino superior no Amazonas.

Suscitam uma análise a respeito das discrepâncias sociais que o estado teima em não enxergar, ou se enxerga, apenas ignora; a convivência com o diferente vindo como igual e como tal tratando é algo que mexe com a zona de conforto com que se habituaram os moradores de Manaus desvelam-se hoje os desequilíbrios sociais, os preconceitos e racismo antes vistos naturalmente, os espaços de reflexão e discussão lentamente e penosamente aberto servem também como perspectiva de buscar conhecer no passado base para caminhos futuros, SILVA e FERNANDES (2011).

No no mesmo sentido, porém, tratando de analisar as trajetórias de docentes negros na UFAM (Universidade Federal do Amazonas), a pesquisa de Ednailda Santos, intitulado de “Identidades e trajetórias de docentes negras (os) da UFAM”, tem o foco evidenciar as problemáticas referentes às desigualdades raciais na educação, focada na evidenciação da existência de uma parcela da população negra no Amazonas acadêmica tentando desconstruir assim o mito da existência destas populações no estado, resultando a necessidade da política de cotas nas universidades.

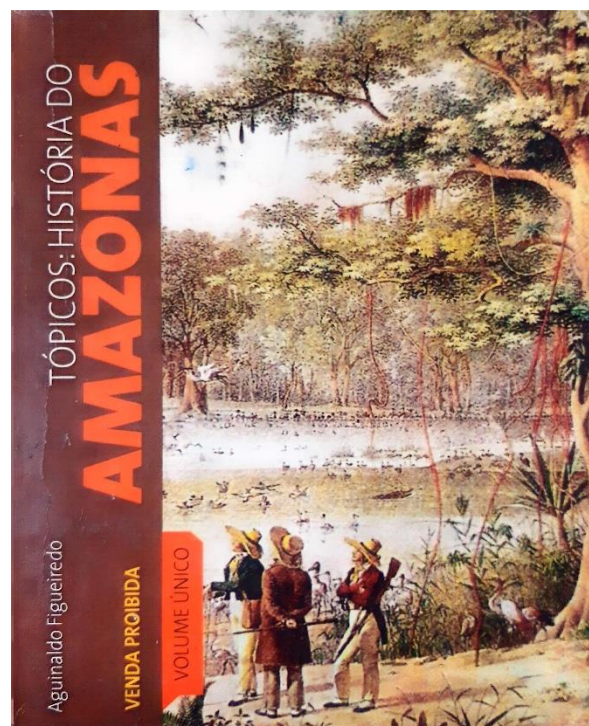
Em outras obras oriundas de um árduo trabalho científico, “ Africas escravidão e liberdade”(2022) , de organização realizada por Júlio Cláudio da Silva e João Marinho da Rocha que nasce como fruto dos trabalhos desenvolvidos no NEAB/CESP (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros) no (Centro de Estudos Superiores de Parintins), aponta que houve um tempo que a história do norte brasileiro não foi pensada tendo como um dos seus fatores contribuintes a escravidão e a presença negra e das muitas Africas que a compuseram, tendo como maioria dos estudos o foco em comunidades Quilombolas no amazonas e suas histórias. Por outro lado, o livro “ Ensino de história e cultura afro-brasileira: desafios e perspectivas na Amazônia”?(2019), também organizado por Júlio Cláudio da Silva, João Marinho da Rocha e Joceneide Cumha dos Santos, reúne artigos voltados para a educação histórica, ensino e questões inerentes a temática.

ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES HISTÓRICAS DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO AMAZONAS NO ENSINO MÉDIO.

Para início dessa análise preferimos focar nas representações históricas do negro presentes no livro didático no Ensino Médio (1º, 2º e 3º ano) em uso nos anos de 2021 a 2023. Se trata de um compêndio único utilizados nos três anos que competem ao ensino medio,

publicado pela editora –Grafisa– de autoria de Aguinaldo Figueiredo, sendo constituído por quatro capítulos. Por se tratar um tema que, como foi exposto neste artigo no tópico anterior, possui uma certa carência em livros didáticos, podemos observar logo de início que neste livro não foi diferente.

Figura 1 – Livro: Tópicos: História do Amazonas, volume único.



Fonte: Aguinaldo Figueiredo (2017).

Uma vez que o livro supracitado acima foi analisado, pudemos constatar que ele não apresenta inicialmente nenhum capítulo, ou tópico relacionado diretamente a presença negra no Amazonas, logo é notável como a representação histórica é deixada de lado pelo autor desse material. Constatação essa que nos leva perceber como ainda nos dias de hoje, por parte de alguns autores e do estado, a história da presença negra é tida como algo de menor valia, ínfima e quase insignificante.

Figura 2 - Livro: Tópicos: História do Amazonas.

SUMÁRIO	
	<p>CAPÍTULO 1 - A AMAZÔNIA PRÉ-COLONIAL</p> <p>12 Relembrando o Estudo da História</p> <p>18 O homem americano</p> <p>22 A ocupação da América</p> <p>23 O povoamento da Amazônia</p> <p>26 O homem amazônico: as fases de ocupação</p> <p>27 Demografia indígena</p> <p>28 Os povos da Amazônia</p> <p>34 A organização dos povos amazônicos</p>
	<p>CAPÍTULO 2 - A AMAZÔNIA COLONIAL</p> <p>52 A conquista da Amazônia</p> <p>56 As expedições estrangeiras</p> <p>70 A invasão francesa do Maranhão</p> <p>76 A colonização da Amazônia</p> <p>78 A administração colonial</p> <p>94 O sertanismo na Amazônia</p> <p>99 Os missionários na Amazônia</p> <p>107 Os tratados de limites</p> <p>113 O Santo Ofício no Pará</p> <p>123 A sociedade colonial</p>
	<p>CAPÍTULO 3 - O AMAZONAS IMPERIAL</p> <p>140 A Amazônia Imperial</p> <p>147 A Batalha das Lages</p> <p>149 A Cabanagem</p> <p>154 A Província do Amazonas</p> <p>156 Abertura dos rios amazônicos à navegação internacional</p> <p>163 A civilização da borracha</p> <p>170 O declínio da economia gumífera</p> <p>173 A sociedade da borracha</p>
	<p>CAPÍTULO 4 - O AMAZONAS REPUBLICANO</p> <p>190 O Amazonas republicano</p> <p>197 As crises políticas do Amazonas republicano</p> <p>204 A imigração japonesa</p> <p>207 Governadores (1890-1945)</p> <p>213 O Amazonas no pós-30</p> <p>229 Governadores populistas</p> <p>234 O período da Ditadura Militar</p> <p>238 A Zona Franca de Manaus</p> <p>244 A Cidade Flutuante</p> <p>247 Os grandes projetos na Amazônia</p> <p>252 Governadores do Regime Militar</p> <p>256 O retorno do Estado Democrático</p> <p>260 Governadores do Amazonas</p> <p>263 Cronologia</p>

Fonte: Aguinaldo Figueiredo (2017)

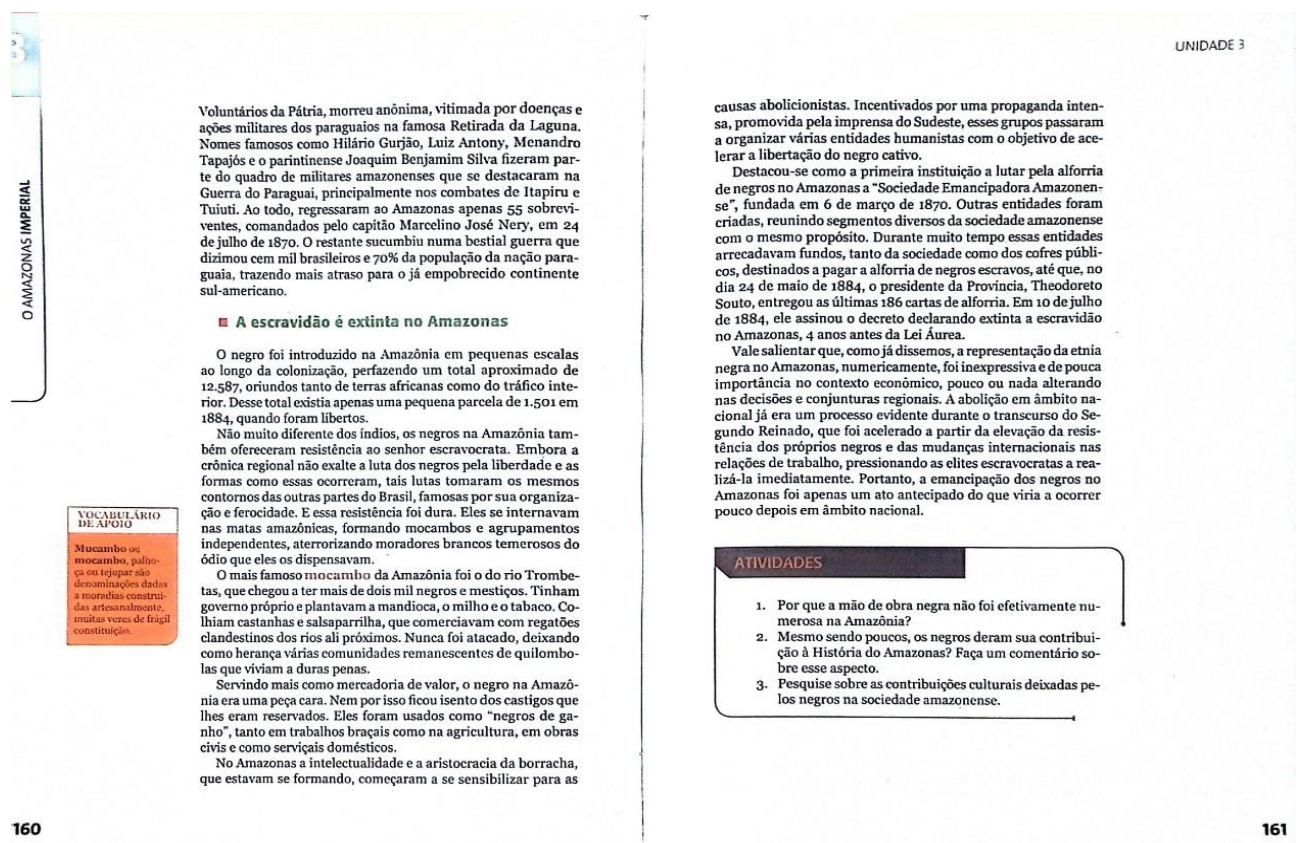
Estudiosos sobre os livros didáticos e das diretrizes nacionais ressaltam a importância da inserção da História e cultura Afro-brasileira nos livros didáticos, como percebemos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao ressaltar que é “[...] é fundamental abordar circunstâncias da vida cotidiana que permitam desnaturalizar condutas, relativizar costumes, perceber a desigualdade e o preconceito presentes em atitudes, gestos e silenciamentos, avaliando as ambiguidades e contradições presentes em políticas públicas tanto no âmbito nacional como internacional” (BRASIL, 2018, p.564).

Convergindo nesse sentido os PCNs, cunhados em 1997, são um acontecimento de grande importância para as políticas públicas para educação no Brasil, e estão em sintonia com o seu momento histórico. Mudanças políticas e pressões sociais, desde o início da década de 1980, são fundamentais nesse processo. Após o fim da ditadura civil-militar em 1985, e a impulsionados pelas reivindicações e pressões político sociais, uma série de legislações são editadas no objetivo de promover a reorganização jurídica do país, com a valorização e a ampliação dos direitos sociais que orbitam em torno da cidadania política.

É nesse contexto que as Leis de N° 10.639/03, e posteriormente sua alteração a N° 11, 645/08 foram aprovadas e sancionadas, ambas durante mandatos do Presidente Luís Inácio Lula

da Silva. “[...] que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e indígena. (Brasil, 2008). Tendo isso em mente, fica nítido que o material analisado atende parcialmente, ou melhor, máscara sua falta para com a observação das leis federais, uma vez que usa um subtópico escrito em apenas duas laudas incompletas, praticamente escondido dentro de um capítulo.

Figura 3- - Livro: Tópicos: História do Amazonas.



Fonte: Aguinaldo Figueiredo (2017)

É quase impensável que em um livro que possui mais de 280 páginas, apenas duas citem os negros no Amazonas, e ainda assim não como foco central, mas sim, de forma pejorativa ao ter sua representação posta somente atrelada ao fim da escravidão no Amazonas, como se sua trajetória histórica estivesse ancorada única e exclusivamente as lembranças do terrível cativo.

sobre a presença negra na Amazônia de meados do século XIX, Luís Balkar Pinheiro aponta para as limitações de abordagem encontradas na produção historiográfica e conclui que um de seus principais desdobramentos é o fato de que “o ocultamento da presença negra na Amazônia

continua efetivo, mantendo-se cola em uma das mais graves distorções na escrita da história da região” (Sampaio, 2002).

Garantir as diversidades culturais brasileiras e trabalhar os temas que envolvem as identidades culturais são situações que acabam por proporcionar pontos de aproximação entre a história e a antropologia, e Cecília Azevedo e Maria Regina Celestino de Almeida (2003, p. 25) apontam que “nos últimos anos, historiadores e antropólogos têm discutido, questionando e ampliando o conceito de identidade associando-o à ideia de pluralidade cultural e contribuindo para valorizar temas e sujeitos sociais anteriormente negligenciados em nossa historiografia”. Diante disso, nota-se que o livro de História assume funções que saltaram do escopo puramente historiográfico, mas, perpassa por outras áreas do saber e tem um grande poder modelador da sociedade.

Como foi visto, existe significativa quantidade de trabalhos acadêmicos que uma vez que incorporados ao livro didático de História do Amazonas, poderiam ajudar na relação entre indivíduo e história, na proposição de debates mais aprofundados acerca da participação Negra na história da Amazônia e do Amazonas. Porém, durante o decorrer de tal pesquisa não foi possível fugir de uma questão: Porquê, por mais que, exista um significativo número de trabalhos referentes a história e cultura afro-brasileira no Amazonas ainda assim estes trabalhos não são refletidos em sua grande maioria nos livros didáticos propostos pelo Estado

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO AMAZONAS COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA.

Como pudemos notar, o livro didático é algo muito além de apenas um conglomerado de folhas com letras, mas sim carrega em si um projeto de passado e futuro pra uma nação. Para Pierre Nora (1993), na mistura é a memória que dita e a história que escreve. É por isso que dois domínios merecem que nos detenhamos, os acontecimentos e os livros de história, porque, não sendo mixtos de memória e história não são uma forma de lugar memória?

Entre os livros de história são unicamente lugar de memória aqueles que se fundam no remanejamento efetivo da memória o que constitui os breviários pedagógicos (PIERRE NORA, 1993)

Também como pudemos perceber durante o desenvolvimento desta pesquisa, os lugares de memória não são naturais, ou seja, são produzidos com objetivos variados, porém para nós é interessante pensarmos sobre a criação de uma memória no livro didático. Como nos afirma Nora (1993), os lugares de memória nascem e vivem no sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notas atas, porque essas operações não são naturais.

Nesse sentido é de extrema importância termos em mente alguns conceitos, como os da análise sobre memória coletiva de Maurice Halbwachs que reforça a força dos múltiplos pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos⁴. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora⁵. Diante do exposto podemos aferir ao livro didático de história do Amazonas uma participação significativa na construção de uma memória coletiva sobre o Amazonas e nos amazonenses sobre si próprios, que como pode ser observado no decorrer da pesquisa, que coloca como sendo de menor importância a presença negra na construção dessa memória que é repassada nos livros didáticos.

Assim sendo, mesmo o compêndio trazendo uma quantidade ínfima de informação a respeito das representações do negro no Amazonas, mas trazerem elas de maneira correta com todo o seu registro, é impossível negar a necessidade de se estudar a história dos livros didáticos. Assim como afirma Circe Bittencourt (1993), No Brasil existem poucos estudos sobre a história do livro didático. Se fazendo assim extremamente importante que os professores estejam cientes dos processos históricos que convergiram na elaboração de um determinado livro didático e saber problematizar seu conteúdo ou a ausência de determinado conteúdo.

Percebemos também que segundo Silva, Rocha e Santos (2018), A LDB no seu Art. 27, inciso I, destaca que os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres do cidadão, de respeito ao bem comum e a ordem democrática. Essa lei objetiva contribuir para a unidade e garantir o respeito à diversidade (PCN, Temas transversais, 1998, p. 49). Porém como pudemos notar, essa diversidade muito pouco é representada no livro de história do Amazonas, assim sendo, nociva para apropriação da memória repassada pelo estado não somente para quilombolas e afro-descendentes.

⁴ Para uma melhor compreensão acerca do conceito de memória coletiva, sugerimos a leitura de: M. Halbwachs, *La mémoire collective*, Paris, PUF, 1968.

⁵ Em relação aos conceitos de lugares de memória, indicamos a análise de: P. Nora, *Les lieux de mémoire*, Paris, Gallimard, 1985.

Duas indagações se tornam imperiosas diante desse cenário. Depois de tantas lutas empreendidas pelo movimento negro e indígena que resultou no advento de políticas educacionais em que se vislumbrou a possibilidade da superação das desigualdades sócio educacionais. Por quais caminhos andaremos? O passado não será elaborado como bem nos lembra Theodor Adorno em sua obra Educação e Emancipação? De acordo com o autor “o passado estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas que passou. E mais. O encantamento do passado pode manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo as suas causas”. Adorno (1959, p. 49).

Nesse sentido a escola e os textos didáticos assumem um papel muito importante no processo de reparaçãohistória, e de alto reconhecimento, segundo Munanga, não está em resolver isoladamente o processo de transformação das estruturas mentais que foram herdadas a partir do mito da democracia racial, de mecanismos racistas, que, sutil, consciente ou inconscientemente marcaram a educação e formação de várias gerações, mas garantir subsídios para “mostrar o racismo como um dos graves problemas da nossa sociedade e, por outro lado, em mobilizar todas as forças vivas da sociedade para combatê-lo. Entre essas forças, a educação escolar, embora não possa resolver tudo sozinha, ocupa um lugar de destaque” (Munanga, 2005, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho de conclusão de curso, escolhemos algumas questões para serem desenvolvidas no decorrer da mesma, no intuito de responder a problemática principal dessa pesquisa, que é: Quais são as representações historiográficas presentes no livro didático de História do Amazonas a respeito da presença negra no Amazonas.

Na presente análise que realizamos no livro didático do ensino médio podemos confirmar que não houve um capítulo que se propusesse à exposição da participação histórica dos negros no processo formacional da sociedade do Amazonas, nem mesmo dentro dos subtemas presentes no seu sumário houve tal preocupação, sendo que constatamos que apenas duas páginas citavam, ainda que não fosse o foco de tal, pois era o foco do trecho era a extinção da escravidão no Amazonas .

Costatamos que para tal invisibilização, houve um longo processo ideológico e político ocorrido no Brasil a partir da década de 1930, que visava a homogeneização da cultura brasileira em todos os seus âmbitos, e a criação das memórias relativas às regiões. Observamos também

que fica intrincado pensar que durante a produção do livro *História do Amazonas* de Arthur Cézár Ferreira Reis, que é tido por muitos historiadores e estudiosos do Amazonas como um trabalho obrigatório de ser visitado, pelo fato da sua íntima ligação com o IHGB, está alicerçada nas visões estadonovistas implementadas na educação pelo governo.

Além de expormos que os livros didáticos não são somente simples livros, mas sim, locais de memória, memória essa que é permeada através de “vícios” historiográficos, que acabam sendo reproduzidos através dos anos, contribuindo assim, para a formação de memória coletiva no povo amazonense, e a falta de reconhecimento por parte da parcela da sociedade que é afro-descendente .

Tais faltas indicadas no decorrer da pesquisa são pontos que precisam ser analisados e corrigidos com um olhar criterioso, visto que isto é algo que é comumente observado nos livros didáticos de história segundo autores citados durante o corpo do texto.

Assim, entendemos que os resultados alcançados nesta análise, poderão contribuir com as reflexões sobre a elaboração de novos materiais pedagógicos como os livros didáticos, e a partir das discussões aqui levantadas, espera-se que os futuros autores de livros didáticos deem mais importância na implementação dos aspectos históricos referentes a presença negra no livro didático possibilitando ao aluno obter as informações com mais significado e evidenciando os porquês desses conteúdos serem tão importantes.

REFERÊNCIAS

- Amazonia – formação social e cultural. 4ed./Samuel Benchimol. – Manaus: Editora Valer,2021.
- Historiografia amazonense em perspectiva/Cézár Augusto B. Queirós (Org.).-Manaus: Editora Valer, 2020.
- Amazônia: mosaico de reflexões interdisciplinares./Lucas Milhomens; Marcos André Ferreira Estácio & Milena Fernandes Barroso (Orgs.).-Manaus: Editora Valer; UEA Edições,2015.
- DUVIGNAUD, Jean. “Prefácio”. In: HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Ed. Vértice / Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- NORA, Pierre. “Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux”. In: NORA, P. *Les Lieux de Mémoire*. Paris, Gallimard, 1984.
- BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- D.O.U. de 10 de janeiro de 2003. __. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasil: MEC, 2004.

Ensino de história e cultura Afro-brasileira: desafios e perspectivas na Amazônia/
Organizadores: Júlio Cláudio Da Silva, João Marinho da Rocha, Joceneide Cunha dos Santos.-
Manaus (AM): Editora UEA, 2019. 218p.: il.,color;21cm.

Africas, escravidão e liberdade/ Júlio da Silva, João Marinho da Rocha (orgs.)-Manaus (AM):
Editora UEA, 2022.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4 ed.,2002.

DANTE, L. R. **Livro didático de Matemática: Uso ou abuso?** Brasília: Em aberto, ano 16, n.69,
jan/mar. 1996.

QUEIRÓZ, Jonas Marçal de & COELHO, Mauro César. “Fronteiras da História, limites do saber:
a Amazônia e seus intérpretes”.In: Amazônia, modernização e conflito (séculos XVIII e XIX).
Belém: UFPA/NAEA.

Movimentos sociais na obra de Arthur Reis (dissertação de mestrado, Universidade Federal do
Amazonas-Ufam),2009; SOUZA, Lademe Correia de.

FRANCO. Maria Laura Puglisi Barbosa. O livro didático de história no Brasil: a versão
fabricada. São Paulo. Global, 1982. 105 p.

FERNANDES Claudio, O IHGB e a História do Brasil. História do Mundo, 2024. Disponível
em <https://www.historiadomundo.com.br/amp/curisidades/o-ihgb-historia-brasil.htm>.

Superando o Racismo na escola, 2º edição revisada/ Kebengele Munanga, organizador. –
[Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e
Diversidade,2005.

Ensino de história: fundamentos e métodos/ Circe maria fernandes Bittencourt-2.ed.-São
Paulo:Cortez, 2008-(Coleção docência em formação. Séries ensino fundamental/coordenação
Antônia Joaquim Severino, Selma garrido Pimenta).

Circe Maria Fernandes Bittencourt. Livro didático e saber escolar (1810-1910). Belo Horizonte:
Autêntica, 2008. 239p. ISBN 978-7526-358-7.

SAMPAIO, Patrícia Melo. O fim do silêncio. Presença Negra na Amazônia. Belém: Editora
AÇAÍ/CNPq, In:2011ISBN 978-85-61586-30-0, 298 p.

Tópicos: História do Amazona./Aquinaldo Figueiredo-Manaus: Editora Grafisa,2017.

PARÂMETROS curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais – Secretaria da
Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1997.

XIBERRAS, Martine. As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio.
2ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

Ensino de história e cultura Afro-brasileira: desafios e perspectivas na Amazônia/
Organizadores: Júlio Cláudio Da Silva, João Marinho da Rocha, Joceneide Cunha dos Santos.-
Manaus (AM): Editora UEA, 2019. 218p.: il.,color;21cm.

Africas, escravidão e liberdade/ SILVA, Júlio Cláudio da, ROCHA, João Marinho da. (Orgs.)
– Manaus (AM): editora UEA, 2022.

DUVIGNAUD, Jean. “Prefácio”. In: HALBWACHS,M. A Memória Coletiva. São Paulo, Ed.
Vertice/ Ed. Revista dos Tribunais, 1990.